



Reconstruindo o objeto de pesquisa: reestruturação produtiva e terceirização no setor elétrico

Rhavier Henrique Mazieri Pereira¹

Resumo: O presente texto consiste em apresentar parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica e monografia intitulada “Por um fio: Um estudo de caso sobre as condições de trabalho em uma empresa terceirizada do setor elétrico na cidade de Ribeirão Preto-SP”. A proposta foi examinar os aspectos das condições de trabalho procurando analisar as principais consequências do processo de privatização e consequente terceirização sobre os trabalhadores, especialmente no que se refere à organização do trabalho. Para tanto, foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, além de discussões em grupo e observações de situações de trabalho.

Palavras-Chave: Trabalho. Setor elétrico. Flexibilização. Terceirização.

Rebuilding the research object: generating productivity and outsourcing in the electric sector

Abstract: The present text consists of presenting part of the results of the scientific initiation research and monograph entitled “By a thread: A case study on working conditions in an outsourced company in the electric sector in the city of Ribeirão Preto-SP”. The proposal was to examine aspects of working conditions, seeking to analyze the main consequences of the privatization process and the consequent outsourcing on workers, especially with regard to work organization. To this end, interviews were conducted from a semi-structured script, in addition to group discussions and observations of work situations.

Keywords: Drug legislation. Psychoanalysis. Incarceration. Clinic. Drug addiction.

¹ Mestrando em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2302-5035>. E-mail: rhavier.mp@gmail.com.



1. Introdução

A Câmara dos deputados aprovou na noite em 22 de março de 2017 o projeto de lei 4302/98, que permite às empresas a terceirização de todas suas atividades. Desde 1993, com a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, pode haver, no país, a terceirização nas atividades não essenciais à tomadora dos serviços, ou seja, atividades-meio². A principal mudança proposta pelo PL refere-se à alteração da abrangência da terceirização, isto é, esta não estaria mais restrita às intermediárias, podendo atingir também as chamadas atividades-fim, tornando-se uma forma generalizada e quase irrestrita de contratação de mão de obra. Diante desse cenário, o debate sobre a terceirização ganhou destaque no meio político, na mídia e nos movimentos sociais, sobretudo no que se refere às suas consequências para os trabalhadores. O presente trabalho é fruto estudo desenvolvido entre dezembro de 2015 e agosto de 2017³, que permitiu realizar um levantamento bibliográfico sobre os seguintes temas: reestruturação produtiva, flexibilização e, especialmente, terceirização do trabalho, tanto no que se refere às formas de contrato, processos de trabalho e formas de controle.

Desde os anos 1970, temos assistido a profundas transformações no mundo do trabalho e da produção. Com a crise do modelo fordista de produção e o declínio do Estado de bem-estar social, os países centrais passaram a experimentar um processo de precarização do trabalho, na medida em que houve aumento do desemprego, perda de direitos sociais atrelados ao trabalho, desregulamentação do mercado de trabalho, crescimento da informalidade e precarização dos contratos (HARVEY, 1993). As novas configurações do trabalho passam a apoiar-se sobre a ideia da “flexibilidade”.

A chamada “reestruturação produtiva” atinge o Brasil, mas não da mesma forma que a Europa, uma vez que a informalidade e a instabilidade sempre marcaram nosso mercado de trabalho (BRAGA, 2012). Nos anos 1990, as mudanças mais gerais em curso combinaram-se com a implantação de uma série de políticas de cunho neoliberal. Esse conjunto de transformações resultou em aumento das taxas de desemprego, falência e fechamento de empresas, diminuição do emprego formal, queda do valor real dos salários, aumento dos contratos de trabalho instáveis e da terceirização (LEITE, 2009).

Entre os anos de 1991 e 1998, 63 empresas controladas pelo governo federal foram vendidas, passando para a iniciativa privada. A privatização se iniciou em setores em que havia uma maioria parlamentar favorável à transferência para o setor privado (siderúrgicas, empresas químicas, petroquímicas e de fertilizantes), enquanto que outros setores (como

² Atividades meio são aquelas que não diretamente representa o serviço fim da empresa contratada, exemplo: segurança e limpeza.

³ Essa pesquisa consiste em um trabalho de iniciação científica financiado pelo CNPq/PIBIC e do trabalho de conclusão de curso.



navegação de cabotagem, gás, mineração de ferro, telecomunicações e eletricidade) só foram atingidos quando a política de privatização já tinha alcançado certa legitimação social (ALMEIDA, 1999).

As empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica não escapam a esse cenário. No entanto, esse processo tem gerado efeitos sociais negativos. Além do desemprego ocasionado pelo processo de privatização, assistimos à intensificação do trabalho para aqueles que permaneceram em atividade, além do aumento da insalubridade, periculosidade e penosidade nos ambientes de trabalho, aumento dos problemas de saúde e dos acidentes (SCOPINHO, 2002).

Diante do contexto de privatizações e concessões, a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) passa a ser gerenciada pelo capital privado a partir de 1997. Como decorrência da privatização, a companhia passou a contratar empresas terceirizadas, sobretudo para atuarem na manutenção e construção da rede de distribuição. A terceirização, consequência da privatização e principal forma de flexibilização da contratação a partir dos anos 1990 no Brasil (KREIN, 2007), tem sido empregada como o objetivo de redução de custo das empresas, tendo, como principal consequência, a precarização das relações de trabalho (DIEESE, 2010).

A reestruturação produtiva se fez sentir fortemente no setor elétrico brasileiro, no que diz respeito à substituição dos “empregados centrais” por trabalhadores terceirizados e a precarização das condições de trabalho (COUTINHO; DIEESE, 2017). Dados do Dieese (2017) mostram que a terceirização da mão de obra, praticamente nula no setor até a primeira metade da década de 1990, dezoito anos depois, representaria 55,5% do total da mão de obra da empregada no setor elétrico. A empresa X é uma das empresas terceirizadas que atuam junto à CPFL e desenvolve as seguintes atividades: manutenção em rede de distribuição energizada (linha viva), ligação e corte de consumidores, manutenção de rede e serviços de emergência.

Em suma, o presente trabalho se desenvolveu a partir de um estudo de caso centrado nos trabalhadores da empresa X⁴ na cidade de Ribeirão Preto - SP que são terceirizados para a CPFL. A proposta foi examinar os aspectos das condições de trabalho na empresa, procurando analisar as principais consequências do processo de privatização e consequente terceirização sobre os trabalhadores, especialmente no que se refere à organização do trabalho e reflexos sobre sua saúde e subjetividade. Para tanto, foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado, além de discussões em grupo e observações de situações de trabalho.

⁴ Nome fictício dado à empresa que foi objeto da presente pesquisa que presta serviços terceirizados para a CPFL e que atua no município de Ribeirão Preto - SP.



2. Metodologia e Objetivos

Para Becker (1993), o estudo de caso tem um propósito duplo: tentar chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo e buscar desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades dos processos sociais. Nessa perspectiva, a pesquisa se desenvolveu através de um estudo de caso, tendo como ênfase: a realização de entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado. A realização de conversas semiestruturadas, como mostra Gaskell (2003), serve como guia para o entrevistador ao mesmo que denota autonomia na interpretação do interlocutor.

O objetivo geral da pesquisa foi verificar os principais impactos dos processos de terceirização de serviços da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), ocorridos a partir da privatização da empresa nos anos 1990, sobre os trabalhadores. A hipótese específica de que a terceirização causa inúmeros prejuízos aos trabalhadores é reforçada pela pesquisa exploratória e por diversos estudos sobre o assunto já realizados (SILVA, 2013; CARELLI, 2014; SCOPINHO, 2002) é que a terceirização tem diversas consequências negativas para os trabalhadores em termos de remuneração e direitos trabalhistas, precarização das condições de trabalho (aumento da penosidade, periculosidade, do número de acidentes, entre outros) e ainda impactos sobre a subjetividade dos trabalhadores (situação de maior incerteza, risco de demissão, insegurança em relação ao futuro).

Durante a pesquisa, não foi necessário alterar o plano que foi estabelecido. Nesse sentido, todos os trabalhadores foram submetidos às mesmas questões básicas a partir dos interesses e objetivos iniciais da análise.

Conforme apontamos, a pesquisa foi realizada junto a funcionários da empresa X de Ribeirão Preto - SP que atua como terceirizada para a CPFL no município. No primeiro momento foi necessária a realização de uma pesquisa exploratória que só foi possível mediante a articulação de uma rede de contatos liderada por um ex-trabalhador do setor elétrico na cidade de Ribeirão Preto e um eletricitário ainda atuante na empresa X.

O contato com o sindicato dos trabalhadores da empresa talvez fosse o caminho mais fácil e seguro de abordar inicialmente os funcionários da empresa, entretanto, ao longo da pesquisa, este se mostrou inviável, uma vez que, o prédio do sindicato dos eletricitários de Ribeirão Preto nunca esteve aberto durante as diversas tentativas de visita. Além disso, a relação dos funcionários da empresa e os membros do sindicato por vezes se mostraram bastante conflituosas. Como observado durante as entrevistas, o sindicato nunca teria tido forte atuação e legitimidade entre os eletricitistas, segundo o grupo investigado.

O primeiro contato com os trabalhadores ocorreu ainda no ano de 2015. Nessa ocasião, ainda sem o apoio de nenhum roteiro previamente estabelecido, foi possível realizar uma conversa informal com aproximadamente sete



trabalhadores da empresa X. No ensejo, juntamente com um dos “porteiros” da pesquisa, nos dirigimos até o antigo local em que se localizava o alojamento dos trabalhadores. Após as devidas apresentações, foi possível realizar uma conversa por alguns minutos com o intuito de conhecer melhor suas atividades, rotina de trabalho, principais dificuldades no trabalho, o histórico de trabalho desses eletricitistas, entre outros temas discutidos.

Aproximadamente um mês depois, um segundo contato foi feito com esses trabalhadores, entretanto nenhum deles trabalhava ou mesmo residia na cidade de Ribeirão Preto⁵. Como consequência, foi necessário estabelecer novas parcerias. Para isso, foi utilizada a estratégia de “bola de neve”, em que nossos informantes, através de uma rede de relações de proximidade e confiança, nos indicaram outros que poderiam ser entrevistados, e assim progressivamente, até que atingimos uma saturação qualitativa (GONDIN E LIMA, 2006).

Durante o mês de fevereiro de 2016 fomos informados que o alojamento estaria em outro local com diferentes trabalhadores. Nesse mesmo mês, fizemos nosso primeiro contato com os novos eletricitários em sua nova residência. Apesar de no início os trabalhadores mostrarem certa desconfiança, após alguns minutos de conversa, foi possível acertar um dia de retornar ao alojamento a fim de realizar algumas entrevistas, dessa vez amparada pelo roteiro semiestruturado. O alojamento contava até o final da pesquisa com apenas quatro eletricitistas, todos eles de linha morta⁶. Com a ajuda dos trabalhadores, obtivemos o contato de outros eletricitistas (esses de linha viva⁷) que residiam em Ribeirão Preto. Também amparadas pelo roteiro semiestruturado, as conversas foram realizadas em suas respectivas residências ou outros locais combinados fora da empresa.

Essas entrevistas, bem como as observações realizadas nesse espaço de moradia, foram registradas em diário de campo e gravadas em áudio (mediante autorização dos entrevistados). No total, foram realizadas nove entrevistas, dentre eles: quatro feitas com trabalhadores de linha morta, quatro com eletricitistas de linha viva e uma das entrevistas foi feita com um antigo e conhecido ex-trabalhador do setor elétrico em Ribeirão Preto que sofreu um grave acidente durante um dia de trabalho⁸. Ao final das entrevistas, foi possível totalizar 471 minutos de áudio de conversas gravadas e posteriormente transcritas. A identidade dos trabalhadores envolvidos foi mantida em sigilo, através do uso de nomes fictícios no trabalho.

Para Yin (2005) um estudo de caso pode utilizar mais de uma técnica de pesquisa ao mesmo tempo, desta forma, junto às entrevistas foi possível à

⁵ A rotatividade é apontada como característica da terceirização (ANTUNES; DRUCK, 2013; HARVEY, 1993).

⁶ Grupo de eletricitistas que trabalham com a linha desenergizada.

⁷ Grupo de eletricitistas que trabalham com a linha energizada.

⁸ Em síntese o trabalhador caiu do cesto em que realizava a manutenção na rede elétrica causando assim uma grave lesão na coluna que acarretou paraplegia.



realização de uma inserção a campo a fim de observar a dinâmica de um dia de trabalhado em uma empresa terceirizada no setor elétrico. A viabilidade de acompanhar um dia inteiro de trabalho só foi possível mediante o contato de um dos entrevistados cooperadores da pesquisa. Após combinarmos com o trabalhador, em julho de 2017 foi possível acompanhar uma das equipes da empresa X durante a realização de suas tarefas. Nessa ocasião, foram realizadas atividades de prevenção nas redes energizadas, que basicamente consistia no corte de árvores que de algum modo representavam riscos de contato com a fiação. Também nesta ocasião, foi possível observar a quão conflituosa pode ser a relação entre os terceirizados e os eletricitas diretamente contratados pela empresa. Em determinado momento um quarto eletricitista somou-se à equipe e, diferentemente dos demais fazia parte daqueles contratados diretamente pela concessionária distribuidora de energia na região de Ribeirão Preto.

Outros dados e informações complementares foram obtidos através das bases de dados oficiais, análise de notícias e outros materiais publicados pela imprensa e/ou disponíveis na internet. A revisão bibliográfica que resultou em um acervo online foi desenvolvida permanentemente, norteando a pesquisa de campo ao privilegiar temas como flexibilização do trabalho, terceirização, privatização de empresas no Brasil, trabalho no setor elétrico, saúde do trabalhador, entre outros.

3. Resultados Preliminares

As mudanças na economia capitalista estão organicamente articuladas com as transformações no mundo do trabalho. Nesse sentido, com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, que se iniciaram no final da década de 1980, deu uma nova roupagem à classe trabalhadora brasileira que vem se alterando a partir de novas formas de contratos entre os trabalhadores e as empresas, dentre elas a terceirização (ANTUNES, 2011).

A pesquisa se desenvolveu entre dezembro de 2015 e agosto de 2017. Nesse período, o debate a respeito da terceirização passou por inúmeras e significativas transformações. No início da pesquisa, a terceirização só era permitida para as atividades-meio, ou seja, as atividades secundárias da empresa. Entretanto, com a aprovação da lei 13.429 em março de 2017, a terceirização pode se tornar uma forma de contrato generalizada e quase irrestrita a todas as atividades de trabalho, assim como todas as suas consequências. O resultado do exame das condições de trabalho entre os eletricitas terceirizados, associados à aprovação da lei já supracitada aponta para uma série de questões, uma vez que, permite analisar a partir da organização do trabalho os efeitos em um setor que já vem sofrendo com os processos de terceirização, pelo menos, vinte anos. As condições de trabalho na empresa X nos mostrou que apesar de ser devidamente regulamentado, é uma atividade profundamente marcada por relações de precarização e



precariedade. Sendo assim, com a aprovação da lei que possibilita a flexibilização dos contratos de trabalho trará consequências em certa medida semelhantes para um grupo mais amplo de trabalhadores no Brasil.

Desde o primeiro momento, o trabalho de campo se mostrou em intenso diálogo com pesquisas já realizadas no setor elétrico, principalmente como aponta alguns desdobramentos nas transformações no mundo do trabalho, na qual a terceirização é profundamente marcada pela: desregulamentação dos direitos do trabalho, aumento no número de acidentes, rebaixamento da qualificação da mão de obra, o enfraquecimento dos coletivos de trabalhadores combativos e sua conversão num sindicalismo de coalizão, negocial e menos conflitivo, o aumento de trabalho domiciliar (informal, em muitos casos), a organização de cooperativas de trabalho, o deslocamento de parte da produção ou setores para ex-empregados, entre outras, sendo possível, até mesmo, a “terceirização da terceirização” ou a “quarteirização” de atividades (ANTUNES; DRUCK, 2013; DIEESE, 2007; KREIN, 2007; DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007; DIEESE, 2010; ALVES, 2017; FERREIRA; CARLEIAL; NEVES, 2014).

Foi possível perceber também algumas especificidades do dia a dia do trabalho na empresa X. O grupo de trabalhadores não se mostrou homogêneo, pelo contrário, existe uma divisão formal entre os eletricitas, sendo ela: os ajudantes de eletricitas, os eletricitas de linha morta e os de linha viva. Cada uma dessas equipes é responsável por um determinado tipo de trabalho (prestação de apoio aos eletricitas, construção e manutenção de rede). Outro ponto que se diferencia diz respeito à forma como se aborda os acidentes de trabalho. O campo e as entrevistas nos mostram é que os eletricitas terceirizados estão expostos a um leque de riscos muito maior e que não necessariamente resulta em morte, como por exemplo: afastamento por problemas dores no ombro, dores nas costas, desidratação, resfriado e até derrames faciais causados pelo choque térmico do trabalho exposto ao sol e a possibilidade de chuva dependendo da estação do ano. Para além dos acidentes, existe uma naturalização dos danos causados a saúde dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, no qual muitas vezes não reconhece a produção social desses acidentes, passando a culpabilizar o indivíduo como fonte do problema.

Todos os trabalhadores afirmam que ao chegar à empresa X tiveram que fazer dois cursos oferecidos pela empresa ou para aqueles que já trabalham no setor elétrico, provar que estão com os cursos de formação em dia, sendo eles: Nr10 e Nr35. Na ocasião que foi possível acompanhar um dia de trabalho, em uma conversa com um dos eletricitas, o mesmo afirmou que a empresa exige os dois cursos e que oferece todo o material de EPI, entretanto, não é viável utilizar todos os equipamentos ou mesmo seguir todos os protocolos de treinamento, uma vez que o trabalho é realizado por um sistema de produção por metas previamente estabelecidas de cortes de árvores por dia (esse



trabalho é específico dos eletricitistas de linha viva) o que inviabiliza fazer o serviço da maneira como se segue as formalidades.

Por fim, a realização do estudo de caso se mostrou bastante rico em material a ser explorado, partindo do ponto de vista que, apesar de ser uma análise micro, as novas formas de contrato de trabalho estão associadas a uma lógica da reorganização do capitalismo posterior ao período de reestruturação produtiva. Vale lembrar também, que a empresa atua em boa parte da região metropolitana de Ribeirão Preto, o que abre a possibilidade para futuros estudos seja de caso ou mesmo comparativo entre as cidades.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. de. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 421-451. 1999.

ALVES, Giovani. A nova precariedade salarial: elementos históricos-estruturais da nova condição salarial no século XXI. In: NAVARRO, V. LOURENÇO, E (Coord.). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. 1d. São Paulo: Outras expressões, 2017. p 89-105.

ANTUNES, Ricardo. Adeus Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra?. **Rev. TST**, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BRAGA, Ruy. **A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2012.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. A terceirização é o gatilho neoliberal impiedoso contra a classe trabalhadora: mata, mutila corpos humanos e dilacera a organização coletiva obreira. In: **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras expressões, 2017. p 163-193.

CPFL. **História CPFL Energia**. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br/institucional/quem-somos/nossa-istoria/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

DIEESE. O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no



Brasil. **Sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil** (Relatório Técnico). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007a.

_____. Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro. **Sistema de informações para acompanhamento das negociações coletivas no Brasil** (Relatório Técnico). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

_____. **Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro** (Relatório Técnico). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2017.

DRUCK, G.; THÉBAUD-MONY, A. Terceirização: A erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

FERREIRA, Cristiano Vinicius; CARLEIAL, Liana; NEVES, Lafaiete. Terceirização: implicações sobre os setores elétrico e automotivo brasileiros. **Revista da Abet**, v. 13, n. 1, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Vozes, 2003.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KREIN, José Dari. **As tendências recentes na relação de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. Recife: **Workshop - A Informalidade revisitada: das origens às novas abordagens**, ABET. 2009.

SCOPINHO, R. Privatizações, reestruturação e mudanças nas condições de trabalho: o caso do setor de energia elétrica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 5, p. 19-36. 2002.

YIN, R. T. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman,



2005.

Como citar este relato de pesquisa:

PEREIRA, Rhavier Henrique Mazieri. Reconstruindo o objeto de pesquisa: reestruturação produtiva e terceirização no setor elétrico. **Áskesis**, São Carlos - SP, v.9, n. 1, p. 192-201, jan./jun. 2020.

ISSN: 2238-3069

DOI: <https://doi.org/10.46269/9120.290>

Data de submissão do artigo: 11/05/2018

Data da decisão editorial: 30/01/2021